

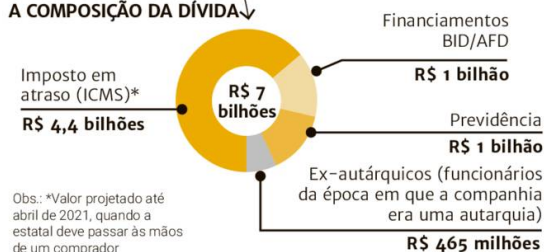
A situação

A CEEE-D é o braço da CEEE responsável pela distribuição de energia. Ou seja, tem a tarefa de levar a eletricidade até clientes em casas e empresas. Nessa área, também há outra companhia atuando no Estado, a RGE, além de cooperativas de menor porte

OS NÚMEROS DA CEEE-D



A COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA



A OPERAÇÃO DE VENDA

Para buscar a venda, a CEEE-D teve de receber aporte de capital do governo do Estado de cerca de **R\$ 3,3 bilhões**. A maior parte, em torno de **R\$ 2,8 bilhões**, vem do perdão de parte da dívida de ICMS

Assim, o novo acionista pagaria, de forma parcelada, o restante do imposto devido (**R\$ 1,6 bilhão**)

A operação é necessária para garantir o preço mínimo simbólico de **R\$ 50 mil** no leilão de fevereiro

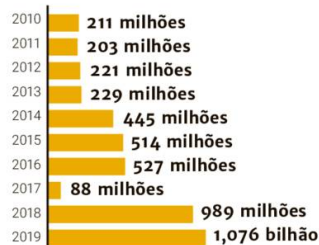
FATORES DE DESEQUILÍBRIO

Neste mês, apresentação feita pela direção da estatal a eventuais interessados na privatização listou motivos para o desequilíbrio nas contas da empresa

- Pagamentos a ex-autárquicos
- Planos previdenciários
- Custos operacionais
- Despesas judiciais
- Perdas comerciais

PREJUÍZO LÍQUIDO

CEEE-D vem acumulando resultados negativos (dados em R\$)



Ou seja, prejuízo líquido de **4,503 bilhões** nos últimos **10 anos**

PAGAMENTOS DA CEEE-D COM AÇÕES TRABALHISTAS

Desembolsos com processos judiciais dispararam às vésperas da privatização (dados em R\$)



*De janeiro a novembro

Capacidade de gestão e cumprimento de metas

Caso saia do papel, a privatização da CEEE-D acende a possibilidade de maiores investimentos na companhia. Mas, para que os aportes resultem em melhora nos indicadores de qualidade, também é necessário o acompanhamento rígido das metas pelo poder público, frisam analistas. Essa atividade regulatória cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A partir da assinatura do contrato de concessão, o grupo privado que assumir o controle da CEEE-D terá o desafio de aperfeiçoar a gestão da empresa para equilibrar as contas e fazer aportes necessários, sinaliza Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil:

– A atividade de distribuição de energia é totalmente regulada. As obrigações estarão no contrato de concessão. Dito isso, a questão que se coloca é se o acionista é capaz de cumprir as metas ou não. A gestão estatal não é mais capaz de fazer isso. Já o investidor privado pode, tem a perspectiva de obter retorno no longo prazo.

Apesar da possibilidade de ganhos de eficiência, analistas ponderam que a melhora nos serviços para o consumidor não virá do dia para a noite. Ou seja, há chance de a população atendida perceber avanço nos serviços, mas não de maneira tão imediata.

– Para que haja adequação a padrões de qualidade, é necessário investir, e investimentos levam tempo para maturar e ter resultados. É natural e legítimo que o consumidor pense na privatização hoje e queira melhora já amanhã. Mas é preciso ter essa noção de esclarecimento – diz o consultor Paulo César Cunha, da FGV Energia.

Nos últimos anos, a concessão da CEEE-D esteve ameaçada pelo fato de a companhia não alcançar indicadores de qualidade definidos pela Aneel. Há dois principais: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). O DEC aponta, em média, o número de horas em que o consumidor fica sem fornecimento de energia no ano. Já o FEC indica quantas vezes houve interrupção no serviço. Em 2019, o DEC apurado junto à CEEE-D foi de 18,59 horas, e o limite estipulado havia sido de 10,28. No FEC, o valor apurado foi de 10,11 interrupções. A meta era de até 8,19.

ENTREVISTA

ANA CARLA ABRÃO Economista e sócia da consultoria Oliver Wyman

“O primeiro desafio é o de esclarecer a sociedade”



Distribuidora de energia elétrica em Goiás, a Celg-D foi vendida à italiana Enel em 2016. Secretária estadual da Fazenda à época, Ana Carla Abrão lembra que a companhia goiana enfrentava dificuldades de caixa, em situação parecida com a da CEEE-D.

Quais foram os maiores desafios no processo de privatização da Celg-D?

O principal desafio é de comunicação: mostrar para a população que a privatização não significa que a empresa vai embora. Lembro que, muitas vezes, as pessoas falavam: “Ah, Goiás vai perder a Celg, a Celg vai embora de Goiás”. A Celg não vai para lugar nenhum. A Celg é privatizada para ter gestão mais eficiente e um dono com capacidade de investimento. O primeiro desafio é de comunicação e esclarecimento para a sociedade. O movimento de privatização vem para resolver uma situação de baixo investimento, de baixa qualidade de prestação de serviço, de salários muitas vezes completamente fora dos padrões de mercado.

O que a senhora tem acompanhado sobre a CEEE-D?

Não estou acompanhando muito, mas me parece que é um processo muito semelhante ao da Celg. Ou seja, é uma empresa em um Estado com grande potencial. Vem sofrendo com falta de investimentos ao longo dos anos. É uma empresa que, por sua situação financeira, acaba gerando problemas para o caixa do Estado, com dificuldades no repasse de ICMS. No caso de Goiás, a Celg representava cerca de 10% da arrecadação do imposto. Então, cada vez que a Celg atrasava o repasse, colocava em risco o pagamento da folha de pessoal. Parece que a CEEE-D está nessa situação. É uma empresa muito endividada. A Celg também era assim. São situações muito semelhantes. Até por isso os desafios são parecidos, inclusive do ponto de vista de atração de investidores. Em Goiás, conseguimos vender a companhia com ágio significativo. Houve trabalho para mostrar que a deterioração da empresa foi resultado de má gestão, de uma gestão sem foco, e não de inviabilidade financeira.

O que pesou para despertar o interesse privado à época?

O fator determinante foi o po-

tencial do mercado local. Goiás cresce mais do que a média nacional e, obviamente, vinha de processo de ajuste fiscal. Diria que os dois fatores principais foram esses. Vinhamos tratando a questão fiscal de forma muito responsável. O governador Eduardo Leite se destaca pela gestão fiscal responsável.

Para conseguir privatizar a CEEE-D, o governo estadual tem de abrir mão de parte do ICMS devido pela companhia.

É o que digo: há sempre críticas e interesses nesses processos e na manutenção de uma empresa ineficiente. Mais recentemente, o governador do Estado (*Ronaldo Caiado*) brigou com a Enel, que comprou a Celg. A empresa comprou uma companhia completamente sucateada, colocou R\$ 5 bilhões de investimento no primeiro ano. Obviamente, o resultado demora a maturar. As pessoas criticam, mas não consideram que a alternativa à venda, e isso vale para a CEEE-D, é a quebra da empresa. Não é uma questão de “ah, comprou barato” ou “ah, a empresa não melhorou o serviço no curto prazo”. Se nada disso ocorrer, o que vai acontecer é a CEEE-D quebrar as contas do Estado, impactando, principalmente, o cidadão.

Em caso de confirmação da venda da CEEE-D, a melhora nos indicadores de qualidade do serviço tende a levar algum tempo? Não seria momentânea?

Não é do dia para a noite. Não podemos imaginar que o processo de deterioração, que levou décadas, vai ser revertido em dois ou três anos. É um processo lento. Estamos falando de infraestrutura. É um processo de troca de equipamentos, de investimento elevado. Mesmo com as críticas ao processo de privatização da Celg, os indicadores da empresa melhoraram. É um processo difícil, gera resistência. Dos meus dois anos de gestão à frente da Secretaria da Fazenda de Goiás, se tem um processo do qual me orgulho, como um legado, é a privatização da Celg, feita com transparência.